

# SELECIONANDO MEMÓRIAS: DIÁLOGOS ENTRE A DOCUMENTAÇÃO E CONHECIMENTO HISTÓRICO

Talita dos Santos Molina Peraçoli<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de participação no *III Seminário Internacional da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural*, promovido pela Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural (REPAC), da Universidade Passo Fundo – UPF. Este seminário tinha como eixo temático a *Cultura Material: entre evidências e memórias*, com o entendimento “de que o trabalho com acervos e patrimônios necessita a compreensão e a discussão sobre a materialidade ‘das coisas’, muitas vezes aliadas com aspectos das memórias das comunidades”. No caminho dessas reflexões, influenciados pelas propostas de Ulpiano Bezerra de Menezes, a proposta do evento se dirigiu em articular a “rememoração, o registro, inscrição, aproximando a interpretação física e simbólica da cultura material”<sup>2</sup>.

Dessa maneira, este texto é fruto da minha comunicação apresentada no Simpósio Temático 2 do evento, intitulada *Representações, Memória e Cultura Material*, no qual se propôs a receber trabalhos/pesquisas que abordassem temáticas que “versem sobre o universo material como uma das dimensões do fenômeno social”. Sendo assim, pretendi refletir sobre como os centros de documentação e memória universitários dialogam com o conhecimento histórico, tendo como base a proposta de Ulpiano B. Menezes, o qual ressalta que, mesmo atualmente, temos a necessidade de “historicizar a memória com o objetivo de estreitar a solidariedade do trabalho documental (em todas as suas instâncias) com a produção do conhecimento histórico” (Menezes, 1999).

Compreendendo os centros de documentação e memória universitários como instituições de custódia documental, podemos defini-lo como um “lugar de memória” que

---

<sup>1</sup> Doutora em História (IFSP/SPO). Graduada pela UNESP e doutora em História pela PUC-SP. Integrante do grupo de pesquisa Acervos Privados e Pessoais – APP, da UNIRIO, atualmente realiza pesquisas nas áreas de patrimônio arquivístico, arquivos privados/pessoais. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP.

<sup>2</sup> Apresentação do *III Seminário Internacional da Rede de Pesquisa em Acervos e Patrimônio Cultural – REPAC/UPF*. Disponível em: <https://patrimonioupf.wixsite.com/repac/iiiseminariorepac2024>. Acesso em: 15 out. 2024.

cumprem a função primordial de reunir informações culturais, científicas, funcionais e jurídicas, conforme a natureza do material que conservam (Rodrigues; Miranda; Toledo, 2015).

Desse modo, reconhecido como um local que normalmente abriga documentos “mesclados”, podemos afirmar que em seu acervo temos documentos que podem ser tipificados como documentos de arquivos, museus ou bibliotecas. Contudo, em termos funcionais, os centros de documentação e memória acabaram por incorporar a nomenclatura e os procedimentos técnicos dos arquivos (Bellotto, 2003). Isso quer dizer que, nessas instituições, a memória social não está separada da realidade e neles “as experiências não podem ser dissociadas, coisificadas ou reduzidas à condição de meros objetos de contemplação”.

Importante ressaltar que, esses centros de documentação e memória universitários, ao selecionar memórias em sua atuação na preservação de conjuntos documentais privados, “produz uma representação confiável da realidade”, o qual, para isso, “se faz necessária a presença do historiador para a análise dos fatos humanos” (DIAS; FRANÇA; 2020), conforme afirma Dias e França,

A História faz parte da construção da formação da consciência histórica. Ela estabelece uma relação entre a prática e a teoria e as duas se completam, o conhecimento histórico apresentado de forma objetiva é importante para dar base aos questionamentos que forem levantados a partir disso. A reflexão junto com a experiência vivida leva a melhor forma de aprendizagem, com isso o indivíduo conseguirá desenvolver melhor conduta dentro da sociedade (DIAS; FRANÇA; 2020, p. 19).

Assim, sendo uma instituição no qual a memória que resguardam não é apenas institucional, mas também e principalmente social, primeiramente, faremos uma reflexão sobre a concepção do que se entende como centros de documentação e memória universitários utilizando autores de referência na área para que assim façamos um diálogo com o conhecimento histórico. Posteriormente, citarei alguns exemplos de centros de documentação e memória universitários para exemplificar essa discussão, finalizando com as considerações finais sobre a temática discutida.

## **OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNIVERSITÁRIOS: CONCEPÇÕES E REFLEXÕES**

Nas últimas décadas o patrimônio documental tem ganhado importância significativa como referenciador de memórias, de valores, de símbolos e cultura de uma grande diversidade

de grupos sociais em diferentes contextos sociais (TANNO, 2018). Ao reconhecer os centros de documentação e memória enquanto “lugares de memória”, que em geral estão vinculados as universidades públicas, são instituições que hoje ocupam papel fundamental em uma democracia, atuando na preservação de arquivos privados diversos, na ampliação do direito à memória e do exercício da cidadania.

Pierre Nora (1993), em seu artigo “Entre História e Memória: a problemática dos lugares”, acentua e caracteriza a importância dos “lugares de memória”, destacando a necessidade contemporânea de se consagrar espaços à rememoração da vida. Para ele, as práticas críticas e reflexivas retiraram do homem sua capacidade de viver na lembrança, tornando necessário a elaboração de signos externos da memória e que forneçam também identificação. Os centros de documentação e memória universitários são espaços dedicados à reelaboração e produção de memórias por meio dos processos de patrimonialização dos arquivos privados custodiados por estas instituições.

Dessa maneira, ao considerarmos a construção das formas contemporâneas de promoção de memórias, podemos destacar o artigo *Direito à memória e patrimônio documental*, de Heloísa Faria Cruz (2016), que trata dos acervos de direitos humanos explorando questões sobre as relações entre a historicidade das lutas pelo Direito à Memória no Brasil associado a patrimonialização de conjuntos documentais de nossa história recente por meio dos centros de documentação e memória universitários.

Neste texto a autora destaca que, nas últimas décadas do século XX assistimos a um alargamento das políticas patrimoniais e do conceito de patrimônio cultural para além dos bens edificados, incorporando também os patrimônios imaterial, documental, ambiental, genético, entre outros. Cruz também evidencia que as lutas pelo Direito à Memória e por políticas memoriais confrontam os ambientes acadêmicos, colocando inúmeras questões e demandas para as diversas áreas das Ciências Humanas, frisando que estão “ligados a instituições de memória, tais como arquivos, centros de documentação, museus, instituições de patrimônio histórico e cultural, bem como nas políticas públicas que orientam a atuação de tais instituições” (CRUZ, 2016).

Por isso, devemos considerar que a realidade dos centros de documentação e memória no Brasil foge, em grande parte, as características de como é originalmente definido, visto que além de cumprirem com a finalidade de gerar informação, tem a função de guardar a memória, porque armazenam, tratam e disponibilizam arquivos originais (TANNO, 2018).

Nesse sentido, Paulo Knauss, em seu artigo *Usos do passado, arquivos e universidade*, ao destacar que os arquivos são uma construção das formas contemporâneas de promoção de memórias e registro de que nós vivemos num tempo distinto dos tempos anteriores, afirma que neste universo existe uma espécie ímpar: os centros de documentação e memória universitários (KNAUSS, 2010).

A historiadora Célia Reis Camargo, em seu artigo *Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas*, afirma que algumas das configurações assumidas por esses centros, além dos compromissos institucionais que foram estabelecidos com a produção de conhecimento por pertencerem a uma instituição de ensino superior, era a de preservação do patrimônio histórico e a geração de informações para o uso social. Dessa maneira,

A verdade é que os centros de documentação têm provocado grandes discussões sobre os arquivos privados, chamando a atenção para os documentos dessa natureza e estimulando a iniciativa privada a oferecer sua contribuição, seja pelo apoio financeiro a projetos, seja pela preservação e abertura de seus próprios arquivos. Discutir sobre os arquivos privados significa construir o contraponto para os grandes debates que também têm ocorrido no âmbito dos arquivos públicos e do patrimônio documental de natureza bibliográfica (CAMARGO, 2003, p. 38).

Em outro artigo produzido pela mesma autora, intitulado *Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas*, a autora indica que os centros de documentação e memória se tornaram características das universidades brasileiras, preservando o patrimônio arquivístico e, em alguns casos, até parte do patrimônio museológico:

Apenas o patrimônio bibliográfico foi mantido como principal atividade das bibliotecas universitárias. Mesmo assim, delas não costumam fazer parte as coleções históricas de jornais locais ou regionais, coleções fotográficas, iconográficas e cartográficas que podem ser objeto de tratamento dessas unidades (CAMARGO, 1999, p. 56).

Nessa perspectiva, queremos destacar também que os centros de documentação e memória vinculados as universidades têm o compromisso com a tríade “ensino, pesquisa e extensão”. Dessa forma, temos como grande desafio o de fazer com que a sociedade civil e os diversos segmentos das universidades compreendam a representatividade destes centros não só em relação à comunidade acadêmica, mas também a sociedade civil que abrange essa

universidade. Ao ressaltar esta relação, Knauss propõe que o reconhecimento da atuação destes centros:

decorre da capacidade de aprofundar estes vínculos com a sociedade que abriga a universidade, mas igualmente com a comunidade acadêmica, a partir da pesquisa e do ensino, tendo a experimentação e a inovação como referência fundamental para a valorização das instituições universitárias (KNAUSS, 2010, p. 15).

Tendo como base essas definições é que selecionamos, para esse artigo, centros de documentação e memória que tenham essas características e, no geral, os arquivos custodiados e preservados por eles são privados e, em sua maioria, arquivos pessoais e de organizações coletivas e sociais diversas, destoando de somente tratar de documentos específicos da universidade. Por essa razão é que nos propusemos a apresentar, de maneira breve e sucinta, os centros de documentação e memória universitários: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL da UNICAMP; o Centro de Memória – CMU da UNICAMP; o Centro de Documentação e Memória – CEDEM da UNESP; e o Centro de Documentação e Informação Científica – CEDIC da PUC-SP. Com seus conjuntos documentais variados, essas instituições se caracterizam por atuar com os documentos institucionais da universidade, mas também trabalham com arquivos de entidades e movimentos sociais, arquivos pessoais entre outros (MOLINA, 2022).

Conforme afirma Knauss, os centros de documentação, em sua maioria universitários, tornaram-se instituições de grande destaque na preservação e difusão dos arquivos privados, pois reconheceu a contribuição que a universidade pôde dar à proteção do patrimônio documental (KNAUSS, 2010, p. 13). Partiremos da definição de Rodrigues, Miranda e Toledo no que se refere a compreensão de um centro de documentação e memória universitário. De acordo com esses autores:

A função primordial dos centros de memória e documentação, assim como dos arquivos, das bibliotecas e dos museus, é reunir informações culturais, científicas, funcionais e jurídicas, conforme a natureza do material que conservam. A memória que resguardam não é apenas institucional, mas também e principalmente social. Isso significa que, nesses órgãos, a memória social não está separada da realidade e neles “as experiências não podem ser dissociadas, coisificadas ou reduzidas à condição de meros objetos de contemplação”. Todas essas instituições têm outra função a cumprir: serem capazes de servir à coletividade na busca de sua própria identidade através do tempo, em meio a rupturas e permanências históricas (RODRIGUES; MIRANDA; TOLEDO, 2015, p.62).

Em suma, que um centro de documentação e memória é importante por várias dimensões, sendo uma delas a de fortalecer o compromisso da instituição com suas responsabilidades social e histórica ao demonstrar o valor que dá ao seu passado (ou não), tratando-as como um patrimônio documental a ser preservado, propagado e apropriado por todos, o qual também está inserido em sua própria história num contexto mais amplo.

Compreendendo a cultura material como fonte para o conhecimento histórico (MENEZES, 1998), ao refletirmos sobre as concepções/definições do que se comprehende como centros de documentação e memória universitários, passemos agora a exemplificar algumas instituições de custódia documental que, ao apresentarmos suas linhas de acervo e seu campo de atuação nos indicará como dialogam com o conhecimento histórico.

## **DIÁLOGO COM OS CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA UNIVERSITÁRIOS**

Os arquivos das universidades compreendem um outro universo muito sensível para o qual devemos dirigir esforços. Não apenas sob o ponto de vista da trajetória da disciplina nas universidades onde existe o curso superior de arquivologia, mas do reconhecimento dessas instituições como espaços de práticas arquivísticas, de adoção de políticas, métodos, programas arquivísticos, e locus privilegiado para centros e núcleos de memória e documentação custodiadores de arquivos privados e, em alguns casos, de conjuntos documentais de órgãos da administração pública (ELIAN DOS SANTOS, 2022, p.27).

Para tal, a seguir apresentaremos a conjuntura histórica da criação de algumas instituições de custódia documental por conta de ações das universidades, como:

### **ARQUIVO EDGARD LEUENROTH: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO SOCIAL – AEL**

O AEL iniciou suas atividades em 1974, abrigando coleção de documentos impressos reunidos por Edgard Frederico Leuenroth<sup>3</sup> somado a outros acervos ligados à história do movimento operário e da industrialização no Brasil. Após o processo de redemocratização foram incluídos, por meio de doação e/ou concessão acervos do movimento feminista,

---

<sup>3</sup> Quem foi Edgard Leuenroth?. Disponível em: <https://ael.ifch.unicamp.br/edgard-leuenroth>. Acesso em: 29 out. 2024.

homossexual e estudantil, de organizações populares e daquelas ligadas à luta pelos direitos humanos e democracia, além de setores expressivos da cultura nacional. Atualmente o AEL atua por meio de quatro linhas temáticas: a antropologia, o mundo do trabalho, o movimento negro e homossexual.

Angela Maria Carneiro Araújo e Cláudio H. M. Batalha, ambos professores da Unicamp, foram coordenadores do AEL-Unicamp e por essa razão publicaram o texto: *Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL)*, no qual, ao discutir a formação e desenvolvimento do acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), destacam que o acervo é resultado de escolhas realizadas em conjunturas sociais e políticas específicas e diretamente relacionadas com o debate em torno de novas abordagens na história e nas ciências sociais e, mais especificamente, com os desafios enfrentados pela história do movimento operário (ARAÚJO; BATALHA; 1999).

### **CENTRO DE MEMÓRIA UNICAMP – CMU**

O CMU inicia em 1978, quando o historiador e professor José Roberto do Amaral Lapa soube da intenção do Fórum de Campinas de descartar seus arquivos cartoriais por problemas de infraestrutura. A transferência dos arquivos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo da Comarca de Campinas (TJC) para a Unicamp foi autorizada em março de 1985.

Assim, neste mesmo ano de 1º de julho de 1985, uma portaria do então reitor Prof. José Aristodemo Pinotti criou o Centro de Memória – Unicamp e em 1986 foi criada a Biblioteca do Centro de Memória – Unicamp.

Ao longo das décadas, a partir do recebimento de muitos conjuntos documentais, outras necessidades relacionadas ao processamento, conservação e disponibilização dos acervos acabaram por impor mudanças ao Centro. No ano de 2015, o CMU vem passou por uma ampla reorganização interna e hoje reúne 114 conjuntos documentais, em grande parte disponível digitalmente no AToM, além de cerca de 11 mil livros na Biblioteca Prof. José Roberto do Amaral Lapa.

### **CEDEM – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP**

No ano de 1987 temos a criação do CEDEM com o Projeto de Memória da Universidade. A proposta era cuidar da memória e construir a História da Universidade e trazer para o espaço do pesquisador as fontes documentais dispersas, malconservadas e quase sempre

inacessíveis. Partindo do pressuposto do envolvimento da universidade pela preservação da memória e do patrimônio cultural brasileiros e assistindo ao processo de redemocratização naquele momento, o CEDEM definiu a “linha do acervo”, voltada para a história política e para os movimentos sociais.

Dessa maneira, o CEDEM desenvolve suas atividades a partir da constituição e desenvolvimento de duas linhas fundamentais de acervo: **1)** História do Ensino Superior e Formação da Comunidade Científica no Estado de São Paulo; **2)** História Política Contemporânea: Memória da Esquerda e dos Movimentos Sociais no Brasil.

Sonia Trotiño, docente do curso de Arquivologia pela UNESP e coordenadora do CEDEM de 2014 a 2021, no qual seus estudos versam sobre os centros de documentação universitários - sendo Wilson de Jesus orientando da professora, produziram o artigo *Ao alcance da sociedade: análise das ações de difusão do centro de documentação e memória da UNESP (2015-2018)*, abordando suas atividades e ações de difusão que são realizadas para atender aos objetivos propostos do CEDEM. Além da criação de um ambiente para debates (realizados na própria sede da instituição e transmitidos online nas mídias sociais, todos abertos e de forma gratuita), destacam reflexões sobre temáticas a respeito de movimentos sociais; política brasileira e internacional; questões de gêneros; e lançamentos de livros (TROTIÑO; JESUS; 2020).

## **CEDIC – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA – PUC/SP**

Criado nos anos 1980 a partir de iniciativas de grupos de professores, em 1986 passou a reunir, tratar e disponibilizar conjuntos documentais de movimentos sociais ligados à Igreja e movimentos de educação, constituindo-se num espaço de preservação da memória social brasileira. As atividades do CEDIC estruturam-se hoje em torno de quatro áreas:

- Programa de Tratamento Documental e Elaboração de referências;
- Programa de Conservação e Reprografia;
- Programa de Apoio à Pesquisa, Difusão e Intercâmbio.
- Programa de Memória da PUC-SP

Heloísa Faria Cruz, professora da PUC-SP, foi coordenadora do CEDIC-PUC/SP de 2009 a 2021 e seus artigos versam sobre direito à memória por meio do acesso aos arquivos privados disponíveis em instituições públicas e/ou privadas. Viviane Tessitore (*in memorian*) atuou como pesquisadora e historiógrafa de 1991 a 2016 no CEDIC-PUC/SP. Seus estudos

tratavam, principalmente, da gestão de arquivos, participando ativamente do processo de registro do Fundo Clamor, sob a guarda do CEDIC-PUC/SP, para o Programa Memória da Mundo da UNESCO, efetivada no ano de 2015. Assim, como consequência da atuação acadêmica e profissional de ambas as pesquisadoras, Cruz & Tessitore, no artigo *Documentação, Memória e Pesquisa: o CEDIC faz 30 anos*, abordam a trajetória do CEDIC enquanto entidade de custódia e pesquisa na área de documentação e memória, enfocando a constituição de seu acervo, sua abrangência e relevância, sem deixar de expor a relação do CEDIC com a pesquisa, ao ensino e à extensão na PUC-SP.

Novamente, ressalta-se nos conjuntos documentais, o FUNDO CLAMOR (Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul), que foi registrado como patrimônio nacional pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO no ano de 2015<sup>4</sup>.

Dos centros de documentação e memória universitários citados neste texto, indico a seguir os logos como ilustração da análise que produzimos para este artigo.

**Figura 1:** Imagem dos logos dos centros de documentação e memórias explorados neste artigo



**Fonte:** Elaborado pela autora

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o Fundo CLAMOR, acessar: <https://www.pucsp.br/cedic/projetos>. Acesso em: 29 out. 2024.

De acordo com Knauss, os centros de documentação universitários ou, de alguma forma, centros ligados à universidade têm um papel decisivo na proteção do patrimônio documental local e regional e, também, no direito à informação e à memória que todo cidadão brasileiro deveria (ou deve) ter. Da mesma maneira, Marilene Chauí afirma que a relevância também se justifica pelo “direito à memória” que devemos reivindicar como cidadão (CHAUÍ, 2006).

Conforme afirma Belotto, em artigo que discute a questão da marginalização do patrimônio documental nas instituições culturais, propõe que “os conjuntos documentais reunidos nos arquivos permanentes, também chamados históricos, deve constituir o patrimônio documental institucional, municipal, estadual ou nacional. (...) Assim, estes arquivos passam a ter outra função, nas áreas cultural, social e educativa (BELLOTTO, 2010, p. 85). Bellotto está alertando que devemos começar a politicizar (e porque não historicizar?) o tema da arquivística, pois o acesso aos conjuntos documentais e a informação contida neles é direito do cidadão.

Desse modo, assumindo as perspectivas indicadas no artigo de Maria Célia Paoli, *Memória, História e Cidadania: o direito ao passado*<sup>5</sup>, podemos afirmar que as universidades, ao atuarem na preservação dos arquivos privados por meio dos centros de documentação e memória, estão “recriando” a memória por meio da construção de um outro horizonte historiográfico, desenvolvendo uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repousa “no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania”. Conforme afirma Paoli:

É exatamente aí que se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica. Por esta via, pode-se constituir uma política de preservação (e uma historiografia) que deverá ter em mente o quanto o poder desorganizou a posse de um sentido de participações coletivas, destruindo a possibilidade de um espaço público diferenciado (PAOLI, 1992, p. 27).

Finalizamos esse texto afirmando que o conhecimento da história – da qual os Centros de Documentação e Memória Universitários são os guardiões – pode dar pistas, inspirar, apontar caminhos. Integrada a história de uma universidade, traduz a sua cultura e a sua

<sup>5</sup> PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, M. C. P. (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 26-27.

identidade para aquém e para além dos muros que a cercam. É ela que constrói, a cada dia, uma ciência que seja útil e aproveitada por toda a nossa sociedade. O Centro de Documentação e Memória pode levar uma imagem de uma universidade viva, dinâmica, mutável, ajustável, que sofre interferências de toda a natureza, representando como uma sociedade vive em espaço coletivo.

Em suma, esperamos que este texto tenha demonstrado ao leitor que os centros de documentação e memória universitários são instituições que preservam e patrimonializam os arquivos privados, principalmente no que se refere ao direito do cidadão ao conceder acesso à informação por meio dos acervos custodiados por estas instituições, democratizando a memória destes conjuntos documentais.

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A. M. C.; BATALHA, C. H. M. Preservação da memória e pesquisa: a experiência do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). In: SILVA, Z. L. (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999, p. 65-78.
- BELLOTTO, H. L. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa L. A função social dos arquivos e o patrimônio documental. In: PINHEIRO, Á. P.; PELEGRIINI, S. C.A. (org.). Tempo, Memória e Patrimônio Cultural. Piauí, Edufpi, 2010, p. 73-85.
- CAMARGO, C. R. Centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. L. (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas. São Paulo: Unesp, 1999. p. 49-63.
- CAMARGO, C. R. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica: uma trajetória de décadas. In: CAMARGO, C. R. et al. CPDOC 30 anos. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 21-44. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/dd0e8e24-8531-49de-9a26-d55909297d02/content>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CARREIRA, A. S. História, Memória, Arquivos, Documentos: sobre os centros de documentação e pesquisa universitários e o CDHIS/UFU. 2014. Monografia (Bacharel em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/18032>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CAVALCANTI, M. T. Os Centros de Documentação Universitários como espaços de institucionalização de “novas” memórias às margens do regime de informação. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/842>. Acesso em: 29 out. 2024.
- CRUZ, H. F.; TESSITORE, V. Documentação, Memória e Pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 40, p. 423-445, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>. Acesso em: 29 out. 2024.

CRUZ, H. de F. Direito à memória e patrimônio documental. Revista História & Perspectivas, v. 29, n. 54, p. 23-59, 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388>. Acesso em: 29 out. 2024.

DIAS, D. V.; FRANÇA, V. H. Construção do conhecimento histórico e a consciência histórica: um debate epistemológico. Trilhas da História, v. 10, n.19, p. 209-220, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/ana>. Acesso em: 29 out. 2024.

ELIAN DOS SANTOS, P. R. Um ensaio historiográfico sobre a história dos arquivos e da arquivologia no Brasil: balanço e perspectivas. Acervo, v. 35, n. 3, p. 1–34, 2022. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1888>. Acesso em: 29 out. 2024.

KNAUSS, P. Usos do passado, arquivos e universidade: questões em torno da pesquisa histórica. Cadernos de Pesquisa do CDHIS, v.1, n. 40, p. 9-16, 2010. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 29 out. 2024.

MOLINA, T.S. Caminhos e concepções da patrimonialização documental. Curitiba: Appris, 2022.

MOLINA PERAÇOLI, T.S. Memória Pública e Arquivos Privados: Políticas de preservação na década de 1980. Curitiba: Appris, 2024.

MOLINA PERAÇOLI, T.S. A função dos Centros de Documentação e Memória Universitários na preservação e difusão dos arquivos privados. In: SEMINÁRIO NACIONAL CENTRO DE MEMÓRIA-UNICAMP, 11., 2023, Campinas. Anais [...]. Campinas: CMU-Unicamp, 2024, p. 1-19. Disponível em:

[https://www.xiseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/21/enclm2023/1705071036\\_ARQUIVO\\_4ed65a773560be3e9a53ca2a07262f33.pdf](https://www.xiseminarionacionalcmu.com.br/resources/anais/21/enclm2023/1705071036_ARQUIVO_4ed65a773560be3e9a53ca2a07262f33.pdf). Acesso em: 27 ago. 2024.

MOLINA PERAÇOLI, T.S. História e arquivo: ações de preservação do patrimônio nos centros de documentação e memória universitários. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 27., 2024, Campinas. Anais [...]. Campinas: Anpuh-SP, p. 1-11. Disponível em: <https://www.encontro2024.sp.anpuh.org/anais/trabalhos/lista>. Acesso em: 15 out. 2024.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 1, n. 10, p. 7-28, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 29 out. 2024.

PAOLI, M. C. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. In: CUNHA, M. C. P. (org.). O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992. p. 26-27.

RODRIGUES, J.; MIRANDA, M. E.; TOLEDO, M. R. de A. O acervo da Companhia da Editora Nacional: negociação, organização e potencial para a pesquisa histórica. Fontes, São Paulo, v.2, n.3, p. 61-69, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.unifesp.br/index.php/fontes/article/view/9379>. Acesso em: 29 out. 2024.

SILVA, Z. L. (org.). Arquivos, patrimônio e memória: trajetória e perspectivas. São Paulo: Unesp; Fapesp, 1999.

TANNO, J.L. Centros de Documentação e Patrimônio Documental: Direito à Informação, à Memória e à Cidadania. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.31, n.3, p. 88-101, 2018. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/903>. Acesso em: 29 out. 2024.

## FONTES

Arquivo Edgard Leuenroth: <https://ael.ifch.unicamp.br/>

Centro de Memória – Unicamp: <https://www.cmu.unicamp.br/>

Centro de Documentação e Memória da UNESP – CEDEM: <https://www.cedem.unesp.br/>

Centro de Documentação e Informação Científica “Prof. José Casimiro dos Reis Filho” – CEDIC-PUC/SP: <https://www.pucsp.br/cedic>